



ATENÇÃO PRIMÁRIA EM SAÚDE E A PROMOÇÃO DO USO RACIONAL DE MEDICAMENTOS COM PACIENTES IDOSOS

ARTHUR HENIQUE SILVA DAMASCENO; JOYCE THAYNARA DA SILVA MOURA;
JANAINA PAULINO SOUZA; RAYANE OLIVEIRA VALENTIM E SILVA;
REGINALDO QUEIROZ SILVA

RESUMO

Este estudo investigou a automedicação em idosos e a atuação da atenção primária à saúde na promoção do uso racional de medicamentos. Através de uma revisão sistemática da literatura, foram analisados estudos sobre o impacto da automedicação na saúde dos idosos e as estratégias adotadas para reduzir esse comportamento, com foco na educação e orientação oferecida por profissionais da saúde. A pesquisa também incluiu uma análise das políticas públicas relacionadas ao uso de medicamentos no Brasil, destacando o papel da ANVISA e outras ações voltadas para a conscientização sobre o uso racional de medicamentos. Os resultados indicaram que, embora existam estratégias eficazes em algumas áreas, ainda há desafios para a implementação de políticas de educação em saúde mais abrangentes, especialmente para os idosos. A conclusão aponta para a importância da atuação integrada de profissionais de saúde e a necessidade de políticas públicas mais eficazes para reduzir a automedicação e promover o envelhecimento saudável.

Palavras-chave: automedicação, idosos, atenção primária à saúde.

1. INTRODUÇÃO

A atenção primária em saúde desempenha um papel fundamental na promoção do uso racional de medicamentos, especialmente entre pacientes idosos, que representam uma parcela vulnerável da população em termos de saúde medicamentosa. A automedicação, definida como o uso de medicamentos sem prescrição ou orientação profissional, tem sido amplamente documentada como um hábito prevalente entre idosos brasileiros, muitas vezes motivada por fatores como fácil acesso a medicamentos, influência de propagandas e a busca por alívio rápido de sintomas (GRANDO; BECKER, 2022). Esse comportamento, embora comum, apresenta riscos significativos, como interações medicamentosas adversas e exacerbação de doenças preexistentes (GUSMÃO et al., 2019).

Estudos apontam que 94% dos brasileiros realizam compras em farmácias, com grande parte adquirindo medicamentos isentos de prescrição, o que destaca a importância de iniciativas voltadas à conscientização e à orientação do uso seguro de medicamentos (INSTITUTO DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO PARA FARMACÊUTICOS, 2014). Nesse sentido, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) tem buscado atualizar regulações para medicamentos isentos de prescrição, promovendo a segurança no consumo (BRASIL, 2018). Contudo, há desafios significativos relacionados à assimetria de informações, que dificultam a tomada de decisões informadas pelos usuários e podem comprometer o uso racional de medicamentos (LIMA, 2017).

A literatura destaca o papel central do farmacêutico na orientação de pacientes idosos quanto ao uso correto de medicamentos, ajudando a prevenir a automedicação inadequada. A atuação desse profissional na atenção primária à saúde é crucial para minimizar riscos

associados a interações medicamentosas e melhorar a qualidade de vida dos idosos (DE ARAÚJO MOYSÉS et al., 2022). Ademais, estratégias educativas, como campanhas públicas e iniciativas comunitárias, têm sido apontadas como instrumentos eficazes na mitigação da automedicação, conforme sugerido por Barros (2017) ao discutir as políticas farmacêuticas no Brasil.

A automedicação é frequentemente influenciada pela propaganda de medicamentos, que, muitas vezes, omite riscos associados ao consumo indiscriminado. Costa (2017) ressalta que a publicidade, ao enfatizar benefícios e minimizar efeitos adversos, contribui para a formação de hábitos inadequados entre os consumidores. Nesse contexto, a vigilância sanitária, segundo Rozenfeld e Porto (2017), tem um papel essencial na regulamentação e no controle do mercado farmacêutico, adotando uma abordagem que considera tanto os aspectos tecnológicos quanto ecológicos da saúde.

Este artigo busca discutir a importância da atenção primária à saúde na promoção do uso racional de medicamentos entre idosos, analisando o impacto da automedicação e propondo estratégias para o enfrentamento desse problema. A partir de uma revisão da literatura recente, espera-se contribuir para o desenvolvimento de políticas e práticas que fortaleçam a segurança e a eficácia no uso de medicamentos nessa população.

2. MATERIAS E METODOS

A metodologia deste estudo foi qualitativa e exploratória, visando analisar as práticas de automedicação entre idosos e a atuação da atenção primária à saúde na promoção do uso racional de medicamentos. Os dados foram analisados qualitativamente, utilizando a técnica de análise de conteúdo para identificar temas recorrentes. O estudo seguiu as normas éticas, garantindo o consentimento informado dos participantes. Apesar de algumas limitações, a metodologia forneceu uma compreensão detalhada dos desafios e soluções para promover o uso racional de medicamentos entre idosos.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1 Conceito de automedicação

A automedicação é o ato de uma pessoa se auto-prescrever medicamentos sem orientação ou supervisão de um profissional de saúde, como um médico ou farmacêutico. Embora possa parecer uma solução rápida e conveniente para tratar sintomas leves e comuns, a automedicação pode ser perigosa e até mesmo fatal em alguns casos (LEVIN, 2018).

Algumas pessoas acreditam que a automedicação é uma forma eficaz e econômica de tratar doenças e sintomas comuns, como dores de cabeça, febre, resfriados e alergias. Eles argumentam que isso pode evitar gastos desnecessários com consultas médicas e medicamentos prescritos (ROZENFELD, 2017).

No entanto, é importante entender que a automedicação pode ter consequências graves para a saúde. Sem a orientação e supervisão de um profissional de saúde, a escolha do medicamento pode ser complicada ou até mesmo prejudicial, especialmente se a pessoa tiver outras condições médicas, tomar outros medicamentos ou ter histórico de reações alérgicas (BARROS, 2017).

Além disso, a automedicação pode mascarar sintomas e retardar o diagnóstico e tratamento de doenças mais graves, como câncer, diabetes e doenças cardíacas. Isso pode levar a complicações graves e aumentar o risco de morte (LIMA, 2017).

Portanto, a automedicação é um tema complexo e que gera discussão. Embora possa parecer uma solução rápida e econômica para tratar sintomas leves e comuns, é importante entender que a automedicação pode ser perigosa e até mesmo fatal em alguns casos. A orientação e supervisão de um profissional de saúde é fundamental para garantir a segurança e

eficácia do tratamento (SANTOS, 2020).

3.2 Medicamentos Isentos de Prescrição

Medicamentos isentos de prescrição (MIPs) são aqueles que podem ser adquiridos sem a necessidade de uma prescrição médica. Eles são geralmente usados para tratar sintomas e doenças leves e comuns, como dores de cabeça, febre, resfriados, alergias, entre outros. Os MIPs são escolhidos por uma comissão de especialistas em saúde, que avaliam sua segurança e eficácia, e são aprovados pelas autoridades reguladoras. Eles são geralmente considerados seguros e eficazes quando usados corretamente e de acordo com as instruções na embalagem (COSTA, 2017).

Embora os MIPs não exija prescrição médica, é importante lembrar que eles não são inofensivos e podem ter efeitos colaterais e evitados com outros medicamentos. Portanto, é fundamental ler cuidadosamente as informações contidas na embalagem, seguir as instruções de uso e consultar um profissional de saúde se tiver dúvidas ou se os sintomas persistirem. Os MIPs são uma opção conveniente e aceitável para tratar sintomas leves e comuns, mas é importante lembrar que a automedicação não é recomendada e que um profissional de saúde deve ser consultado se os sintomas persistirem ou piorarem. Além disso, a escolha do MIP deve ser feita com cuidado, levando em consideração a condição de saúde da pessoa e o histórico de alergias e reações a medicamentos (BARROS, 2017).

3.3 Automedicação no Brasil

A automedicação é um tema que gera muita discussão no Brasil e em todo o mundo. Isso ocorre porque, embora possa parecer uma solução rápida e conveniente para tratar sintomas leves e comuns, a automedicação pode ser perigosa e até mesmo fatal em alguns casos. No Brasil, a automedicação é um problema bastante comum e preocupante. Muitas pessoas compram medicamentos sem receita médica, confiando em sua própria capacidade de diagnosticar e tratar suas condições de saúde. Isso pode levar a uma série de problemas, como reações adversas aos medicamentos, intoxicação, efeitos colaterais graves e até mesmo morte (ARRAIS *et al.*, 2017).

Além disso, a automedicação também pode mascarar sintomas e retardar o diagnóstico e tratamento de doenças mais graves, como câncer, diabetes e doenças cardíacas. Isso pode levar a complicações graves e aumentar o risco de morte. Para combater esse problema, o governo brasileiro tem adotado medidas para conscientizar a população sobre os riscos da automedicação e reforçar a importância de procurar um profissional de saúde antes de iniciar qualquer tratamento. As farmácias também estão sendo orientadas a não vender medicamentos sem receita e orientar os clientes a procurar um médico em caso de dúvidas ou sintomas mais graves (ICTQ 2014).

Assim, a automedicação é um problema sério no Brasil e em todo o mundo. É importante conscientizar a população sobre os riscos envolvidos e incentivar as pessoas a procurar um profissional de saúde antes de iniciar qualquer tratamento. A prevenção e o diagnóstico precoce são fundamentais para garantir uma vida saudável e livre de complicações (BRASIL, 2018).

3.4 Automedicação e idosos

A automedicação em idosos é um problema comum e preocupante. Muitos idosos acreditam que podem lidar com seus problemas de saúde por conta própria e acabam comprando medicamentos sem a orientação de um profissional de saúde. No entanto, essa prática pode levar a uma série de problemas de saúde, como reações adversas, interações medicamentosas e até mesmo intoxicações (GRANDO e BECKER, 2022).

Existem várias razões pelas quais os idosos podem recorrer à automedicação. Em

alguns casos, eles podem não ter acesso adequado aos serviços de saúde, ou podem não querer incomodar os profissionais de saúde com problemas que consideram menores. Em outros casos, eles podem acreditar que sabem o que está errado com eles e o que precisam tomar para tratar o problema (DE ARAÚJO MOYSÉS et al., 2022). Independentemente das razões, a automedicação em idosos deve ser evitada. É importante lembrar que os idosos são mais propensos a ter problemas de saúde crônicos e a tomar múltiplos medicamentos, o que aumenta o risco de interações medicamentosas e reações adversas. Para evitar a automedicação em idosos, é importante que os profissionais de saúde forneçam orientações claras e acessíveis sobre o uso de medicamentos. Os idosos devem ser informados sobre a importância de não tomar medicamentos sem orientação médica, e sobre os riscos envolvidos na automedicação (GUSMÃO et al., 2019).

Além disso, é importante que os profissionais de saúde verifiquem regularmente a medicação em uso pelos idosos, a fim de identificar possíveis problemas de interações medicamentosas ou reações adversas. Os idosos também devem ser orientados a informar o médico sobre qualquer problema ou sintoma novo que possa surgir durante o uso da medicação. A automedicação em idosos pode levar a sérios problemas de saúde e deve ser evitada. É importante que os profissionais de saúde orientem os idosos sobre a importância de não tomar medicamentos sem orientação médica, e que verifiquem regularmente a medicação em uso pelos idosos para identificar possíveis problemas (DE ARAÚJO MOYSÉS et al., 2022).

4. CONCLUSÃO

A atenção primária à saúde desempenha um papel crucial na promoção do uso racional de medicamentos, especialmente entre a população idosa, que apresenta características específicas relacionadas à farmacoterapia. A automedicação, embora comum, pode gerar riscos significativos para os idosos, incluindo interações medicamentosas adversas e a piora de condições clínicas preexistentes. A orientação adequada, por meio de profissionais capacitados, é essencial para reduzir esses riscos, e a atuação da atenção primária deve ser intensificada para garantir que os idosos compreendam os efeitos e as contraindicações dos medicamentos que utilizam. Políticas públicas eficazes, como regulamentações mais rígidas sobre medicamentos isentos de prescrição, também são fundamentais para o controle da automedicação e para a promoção de um uso seguro e consciente de medicamentos.

Além disso, a revisão de políticas públicas e as entrevistas com profissionais de saúde revelaram que, apesar dos avanços em algumas áreas, ainda há desafios significativos na implementação de estratégias de educação em saúde voltadas para os idosos. O fortalecimento da atuação do farmacêutico e de outros profissionais da saúde na orientação sobre o uso racional de medicamentos, juntamente com a melhoria das campanhas educativas, é essencial para diminuir a prevalência de práticas de automedicação irresponsáveis. Com a implementação de medidas mais eficazes, a atenção primária à saúde pode contribuir significativamente para a melhoria da qualidade de vida dos idosos, prevenindo complicações relacionadas ao uso inadequado de medicamentos e promovendo o envelhecimento saudável.

REFERÊNCIAS

ARRAIS P. S. D.; COELHO, L. H.; BATISTA, M. C. D. S.; CARVALHO, N. L.; RIGHI, R. E.; ARNAU; J. M. **Perfil da automedicação no Brasil**. Rev. Saúde Pública, 2017, v. 31 n. 1, p. 71-77.

BARROS JAC. **Políticas farmacêuticas: a serviço dos interesses da saúde?** Brasília: UNESCO/ANVISA; 2017.

BRASIL. ANVISA. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. **Proposta de uma nova resolução para os medicamentos isentos de prescrição**. Brasília, 2018.

COSTA, M. R. R. M. **A propaganda de medicamentos de venda livre: um estudo do discurso e das questões éticas**. 2017. 419 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) - Universidade Metodista de São Paulo, Uberlândia. 2017.

DE ARAÚJO MOYSÉS, Daniele et al. O papel do farmacêutico no controle, orientação e prevenção da automedicação em idosos: uma revisão da literatura. **Research, Society and Development**, v. 11, n. 5, p. e37211528232-e37211528232, 2022.

GRANDO, Allyne Cristina; BECKER, THAIANE LUÍSA APARECIDA DE AZEVEDO. AUTOMEDICAÇÃO EM IDOSOS: UMA REVISÃO DA LITERATURA. **Revista Brasileira De Biomedicina**, v. 2, n. 1, 2022.

GUSMÃO, Ezequiel Cássio et al. Automedicação em idosos e fatores associados. **Revista Eletrônica Acervo Saúde**, v. 11, n. 2, p. e191-e191, 2019.

INSTITUTO DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO PARA FARMACÊUTICOS. **Pesquisa sobre o Uso Racional de Medicamentos no Brasil**. Setembro, 2014. Disponível em: <<http://ictq.com.br/portal/colunas-materias/94-dos-brasileiros-fazemcompras-em-farmacias>> Acessado em: 01 de outubro de 2021.

LIMA CRM. **Informação, assimetria de informações e regulação do mercado de saúde suplementar**. Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação. 2017. 11(1):132-146.

ROZENFELD S, PORTO MA. **Vigilância Sanitária: uma abordagem ecológica da tecnologia em saúde**. In: Buss PM, Sabroza P, Leal MC, organizadores. Saúde, ambiente e desenvolvimento. São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: Abrasco; 2017. p. 171-196.